



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

INDICAÇÃO N.º 304/2021


Senhor José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara Municipal de Ubá  
Nesta.

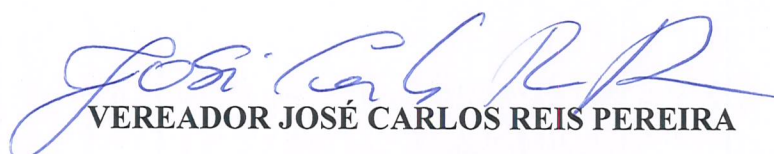
Senhor Presidente,

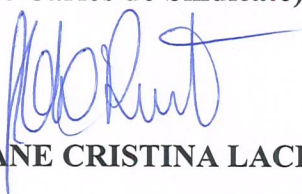
Os vereadores que abaixo assinam requerem, na forma regimental e após a devida aprovação plenária, o envio de correspondência ao Prefeito de Ubá, Sr. Edson Teixeira Filho, encaminhando sugestão de Anteprojeto de Lei que “Institui o Projeto Planta Popular no âmbito no Município de Ubá”.

Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firmam.

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 29 dias de março de 2021.

  
**VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO**  
(Professor José Damato)

  
**VEREADOR JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA**  
(José Carlos do Sindicato)

  
**VEREADORA JANE CRISTINA LACERDA PINTO**

  
**VEREADOR CELIO LOPES DOS SANTOS**

## VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: Unanimidade

Em: 29 / 03 / 21

  
Vereador José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara

  
Vereadora Aline Moreira Silva Melo  
1ª Secretária

## ENCAMINHAMENTO:

Of.CMU. 066/2021

Em: 30 / 03 / 21



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## ANTEPROJETO DE LEI

*Institui o Projeto Planta Popular no âmbito no Município de Ubá..*

Art. 1º O Poder Executivo, por meio do órgão municipal competente, concederá gratuitamente, plantas populares aos proprietários de imóveis no Município de Ubá que:

I - possuam apenas 01 (um) imóvel no Município;

II - tenham uma renda mensal de até 05 (cinco) salários mínimos.

§ 1º Considera-se planta popular, para efeitos desta Lei, o projeto de arquitetura em que:

I - a área total de edificação não ultrapasse 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados);

II - a construção a ser executada tenha finalidade residencial unifamiliar destinada a uso próprio, do tipo econômico.

§ 2º A planta fornecida poderá ser alterada pelo requerente, desde que atendidas as normas deste Capítulo e a legislação vigente.

Art. 2 Somente será concedida uma planta popular para cada requerente.

§ 1º O requerimento de planta popular deverá estar acompanhado da documentação relacionada no Anexo I, parte integrante desta Lei.

§ 2º Poderá ser concedida outra planta popular ao mesmo requerente, apenas quando:

I - tenha sido cancelado o pedido anterior por impedimento justificado da construção;

II - mediante contrato de comodato sobre o mesmo lote, com prazo mínimo de 15 (quinze) anos.

Art. 3º Considera-se habitação de interesse social, a habitação com no máximo 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados), integrando conjuntos habitacionais, construídos por entidades públicas da administração direta ou indireta.

Parágrafo Único. É também considerada de interesse social, a habitação isolada, com no máximo 70,00m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados), construída sob responsabilidade do proprietário segundo projetos-tipos elaborados pelo Poder Público Municipal, Estadual e Federal.

Art. 4º No projeto e construção de habitação de interesse social, serão admitidos os seguintes mínimos:





# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

I - pé direito de 2,70 m nos cômodos de permanência prolongada e nos demais, 2,40 m;

II - área útil de 4,00 m<sup>2</sup> na cozinha.

Art. 5º É obrigatória a ligação da edificação às redes urbanas de água e esgoto e, na falta destas, deverão ser obedecidas as regulamentações dos órgãos competentes.

Art. 6º Sem prejuízo das exigências previstas nesta Lei, as edificações deverão ser construídas de modo a promover o uso racional e consciente de água.

## ANEXO I

### DA DOCUMENTAÇÃO

#### 1. Documentos necessários para o requerimento de alvará de construção:

1.1. requerimento próprio fornecido pelo órgão competente, devidamente preenchido;

1.2. cópia da escritura do imóvel registrada ou contrato de compra e venda com assinaturas reconhecidas firma em Cartório de Notas, acompanhado da guia do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI do requerente, além da matrícula do imóvel em nome do antigo proprietário;

1.3. cópia de Certidão ou Documento Equivalente que comprove a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela obra e do autor do projeto, com as guias de recolhimento devidamente quitadas;

1.4. via digital do projeto arquitetônico simplificado para o protocolo do requerimento eletrônico ou 3 (três) cópias do projeto arquitetônico simplificado impresso para o protocolo do requerimento presencial; 713/2020

1.5. quadros de avaliação de custos unitários, nos moldes previstos na NB140 - Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou outra que venha a substituí-la, quando couber;

1.6. autorização do proprietário com firma reconhecida, quando requerido por terceiros;

1.7. termos de responsabilidade devidamente assinados, que serão disponibilizados no Portal da Prefeitura de Ubá.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

1.8. endereço eletrônico do proprietário e do responsável técnico do projeto, no qual o interessado se declarará ciente a partir do recebimento da mensagem pelo órgão competente.

1.9. restrição urbanística expedida pelo órgão municipal de planejamento urbano e demais órgãos envolvidos; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 713/2020)

2. Documentos necessários para o requerimento de planta popular:

2.1. requerimento próprio fornecido pelo órgão competente;

2.2. cópia da escritura do imóvel registrada ou contrato de compra e venda com assinaturas reconhecidas firma em Cartório de Notas, junto com a guia de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI do requerente e matrícula do imóvel em nome do antigo dono;

2.3. cópia dos documentos pessoais - RG e CPF;

2.4. comprovante de rendimento;

2.5. autorização do proprietário com firma reconhecida quando requerido por terceiros;

3. Documentos necessários para o requerimento de habite-se para planta popular:

3.1. requerimento próprio fornecido pelo órgão competente;

3.2. cópia do alvará de construção;

3.3. cópia da escritura do imóvel registrada ou contrato registrado;

3.4. autorização do proprietário com firma reconhecida, quando requerido por terceiros;

4. Documentos necessários para o requerimento de revalidação de alvará de construção:

4.1. requerimento próprio fornecido pelo órgão competente;

4.2. cópia do alvará de construção;

4.3. cópia da escritura do imóvel registrada ou contrato de compra e venda com assinaturas reconhecidas firma em cartório de notas, junto com a guia de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI do requerente e matrícula do imóvel em nome do antigo dono;

4.4. autorização do proprietário com firma reconhecida, quando requerido por terceiros.





# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## 5. Documentos necessários para o requerimento de demolição:

- 5.1. requerimento próprio fornecido pelo órgão competente;
- 5.2. cópia da escritura do imóvel registrada ou contrato de compra e venda com assinaturas reconhecidas firma em Cartório de Notas, junto com a guia de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI do requerente e matrícula do imóvel em nome do antigo dono;
- 5.3. cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela obra e do autor do projeto, com as guias de recolhimento pagas;
- 5.4. autorização do proprietário com firma reconhecida, quando requerido por terceiros;
- 5.5. certidão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN de construção;

## 6. Documentos necessários para o requerimento de alinhamento de lote:

- 6.1. requerimento próprio fornecido pelo órgão competente;
- 6.2. cópia da escritura do imóvel registrada ou contrato de compra e venda com assinaturas reconhecidas firma em Cartório de Notas, junto com a guia de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI do requerente e matrícula do imóvel em nome do antigo dono;
- 6.3. planta do terreno cotada;
- 6.4. autorização do proprietário com firma reconhecida, quando requerido por terceiros;

## 7. Documentos necessários para o requerimento de restrição urbanística:

- 7.1. requerimento próprio fornecido pelo órgão competente;
- 7.2. cópia da escritura do imóvel atualizada ou contrato de compra e venda com assinaturas reconhecidas firma em Cartório; (Redação dada pela Lei Complementar nº 713/2020)
- 7.3. autorização do proprietário com firma reconhecida, quando requerido por terceiros.

Observação: Em caso de mais de um proprietário deverá constar documentação e assinatura de todos os proprietários.